

ECONOMIA

ECONOMIA - Brasil

Superávit com folga

Receita extra, que não deve se repetir em 2003, garante R\$ 6,7 bi acima da meta com FMI

Martha Beck e Cassia Almeida

BRASÍLIA e RIO

O setor público consolidado (União, estados, municípios e estatais) já superou em R\$ 6,7 bilhões a meta fiscal para 2002 estabelecida no acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas esse resultado não deve se repetir no próximo ano, de acordo com analistas do mercado, pois o próximo governo dificilmente conseguirá obter tantas receitas extraordinárias como em 2002, o que influenciou o resultado deste ano.

Segundo divulgou ontem o Banco Central, o superávit primário (receitas menos despesas, sem considerar gastos com juros) acumulado até novembro chegou a R\$ 57 bilhões, ou 4,82% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a meta para o ano é de R\$ 50,3 bilhões, ou 3,88% do PIB. Foram quase R\$ 10 bilhões a mais do que os R\$ 46,6 bilhões (4,35% do PIB) do mesmo período do ano passado.

Para o economista Raul Velloso, o próximo governo, no entanto, não deverá ter tanta facilidade para cumprir a meta fiscal de 2003, de 3,75% do PIB. Ele afirmou que, no próximo ano, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva dificilmente repetirá receitas extraordinárias na mesma proporção deste ano. De janeiro a novembro, as receitas extras representaram R\$ 22 bilhões, com R\$ 19 bilhões vindo somente da União:

— O próximo governo só conseguiu garantir R\$ 3 bilhões para 2003 dessa receita conseguida este ano, com a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda e de mais um ponto percentual na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) — afirmou Velloso.

Aumento da Cide pode ser inviável

• Segundo Velloso, o governo Lula poderá também aumentar a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), que incide sobre gasolina, álcool, óleo e gás de cozinha. Porém, o aumento desse imposto tem efeito colateral: o repasse para os preços num ano em que uma das maiores preocupações é o controle da inflação:

— O melhor caminho é buscar, como fez Everardo (Maciel, secretário da Receita Federal), novas receitas extraordinárias.

Velloso afirma que o mais fácil é tentar negociar dívidas com o Tesouro que vêm sendo discutidas na Justiça. Segundo ele, essa forma de aumentar a arrecadação não tem efeitos maléficos como aumento da inflação ou corte de gastos pela União:

— Mas, mesmo assim, o próximo governo terá que cortar gastos. Haverá uma disputa entre os ministérios e nos estados para conseguir manter suas verbas. Certamente os ministérios dos Transportes e da Integração Regional vão perder para os setores voltados para área social — afirma Velloso.

O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, afirmou que, mesmo com o último mês do ano historicamente apresentando resultado negativo, o governo já acumula reservas suficientes para atingir a meta fiscal deste ano.

— Não vejo possibilidade de a meta fiscal não ser cumprida — disse Altamir.

Raul Velloso também já dá como certo o cumprimento da meta deste ano. Segundo ele, mesmo que dezembro registre o mesmo déficit primário de 2001 (R\$ 2,9 bilhões), o governo ainda terá R\$ 3,8 bilhões para cumprir a meta deste ano.

Dívida líquida bateu 57,5% do PIB

• No mês passado, o resultado primário ficou positivo em R\$ 3,1 bilhões, queda de R\$ 3,1 bilhões em relação ao superávit de outubro. Segundo Altamir, a redução em novembro ocorreu principalmente devido ao aumento nos gastos do INSS com o pagamento do 13º salário de servidores e ao fato de o mês passado ter tido quatro semanas, contra as cinco de outubro. O déficit da Previdência em novembro foi de R\$ 2,03 bilhões, contra um resultado negativo de R\$ 1,13 bilhão no mês anterior.

O governo central (governo federal, INSS e Banco Central) contribuiu para o superávit primário do setor público com um resultado positivo de R\$ 1,6 bilhão, bem abaixo dos R\$ 4,3 bilhões de outubro. Os governos regionais (estados e municípios) também tiveram uma queda no superávit, que passou de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,2 bilhão em novembro. O mesmo também ocorreu com as empresas estatais: o saldo positivo passou de R\$ 552 milhões em outubro para R\$ 339 milhões em novembro.

No ano, o governo central acumula um superávit de R\$ 36,2 bilhões. Para os governos regionais, o saldo positivo em 2002 é de R\$ 12,2 bilhões, enquanto para as estatais, este valor é de R\$ 8,5 bilhões.

A dívida líquida do setor público alcançou em novembro R\$ 869,5 bilhões, ou 57,5% do PIB. Segundo Altamir, a estimativa do governo é que este percentual feche o ano em 56,5% do PIB, desde que a cotação do dólar se estabilize em R\$ 3,50.

Já o pagamento de juros nominais da dívida do setor público atingiram R\$ 9,6 bilhões no mês passado, chegando a R\$ 96,6 bilhões, ou 8,09% do PIB no acumulado do ano. O valor de novembro ficou R\$ 4,9 bilhões abaixo dos juros nominais registrados em outubro, de R\$ 14,5 bilhões. Altamir afirmou que a queda foi resultado dos ganhos do BC com operações de swap cambial e com títulos cambiais na carteira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O déficit nominal do setor público — que inclui o resultado primário e juros — ficou em R\$ 6,4 bilhões em novembro, contra R\$ 8,3 bilhões em outubro. No ano, o déficit corresponde a 3,3% do PIB. A estimativa do BC é de que este percentual seja de 4,25% no fim do ano.

Confira como ficaram as contas do governo



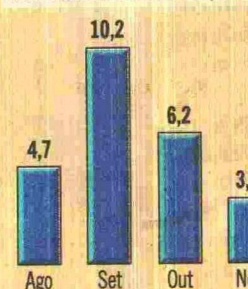
RESULTADOS FISCAIS DO SETOR PÚBLICO

(Em R\$ bilhões)

Primário

(Governo Central, governos regionais e estatais)

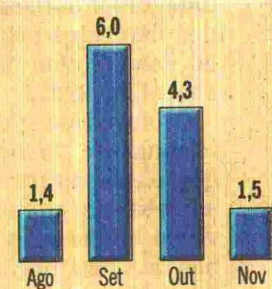
Acumulado no ano: 57,0



Governo Central

(governo federal, Banco Central e INSS)

Acumulado no ano: 36,2



Governos Regionais

(estados e municípios)

Acumulado no ano: 12,2



Empresas estatais

Acumulado no ano: 8,5



DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

(Em R\$ bilhões)

METAS DE SUPERÁVIT PRIMÁRIO COM O FMI EM 2002:
R\$ 50,3 bilhões.
(3,88% do PIB no ano)

SUPERÁVIT JÁ ALCANÇADO:
R\$ 57 bilhões



FONTE: BANCO CENTRAL